INFORME RIG

Relações Institucionais e Governamentais

AGENDA DA SEMANA

CONGRESSO NACIONAL
SEMANA 12/04 A 16/04



Sistema CNDL

CNDL FCDL CDL CDL Jovem SPC BRASIL

CENÁRIO

Após encerrar a última semana com a ordem dada pelo Ministro do STF, Luís Roberto Barroso para o Senado abrir a CPI da Covid, a decisão criou novas frentes de atrito entre o Judiciário e o Executivo e também entre o Judiciário e o Legislativo. E continua a dificuldade na negociação do Orçamento que abalou a até então boa relação entre a equipe econômica e os parlamentares e bloqueia, hoje, relações entre o Executivo e o Legislativo.

Na noite de domingo (11), em uma conversa gravada com o senador Jorge Kajuru (Cidadania-GO), o presidente Jair Bolsonaro cobrou que ele e seus colegas ampliem o escopo da CPI para abordar estados e municípios, além de pedir o andamento de pedidos de impeachment de ministros do STF. A possibilidade de incluir ou não os governadores e prefeitos na CPI está sob análise pela consultoria jurídica do Senado. Ainda nesta segunda-feira, teve a divulgação do segundo trecho do áudio com xingamentos, o que elevou ainda mais a temperatura da política no país.

A novidade desses conflitos políticos entre os Poderes é a frente que se abriu entre o STF e o Senado Federal, em que poucos atores políticos gostaram da interferência de Barroso. Não há perspectiva de retaliação pessoal aos ministros do STF, mas o episódio fortalece a ideia de aprovação de uma proposta de emenda constitucional (PEC) para limitar as possibilidades de decisões monocráticas.

Está previsto para terça (13) a leitura do requerimento para a abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do combate ao coronavírus no Senado Federal. Na quarta (14), o Supremo Tribunal Federal (STF) deve pautar a decisão do ministro Luís Roberto Barroso de obrigar o Senado a colocar a CPI para funcionar imediatamente e por meio virtual ou presencial. O julgamento sobre a decisão de Barroso deve dificultar a apreciação em plenário, nesta semana, da anulação da condenação do ex-presidente Lula,

relatada pelo ministro Edson Fachin.

Até esse final de semana, não houve sinais de avanço para um acordo quanto ao Orçamento da União com prazo de até o dia 22 de abril para sanção total ou parcial pelo presidente da república. Todavia, o Governo enviou na semana passada a proposta do PLN 02/2021 que, após aprovação pelo Congresso Nacional, possibilitará o envio de Medidas Provisórias pelo Governo Federal ou ainda que o Congresso Nacional aprove projetos que tratem de novas rodadas dos programas emergenciais como a liberação de novas linhas de crédito e das medidas trabalhistas, sem com isso extrapolar o teto de gastos estabelecido para o orçamento da União.

No Senado, a previsão é que haja sessão deliberativa apenas na terça-feira, até o momento, e consta na pauta o projeto que restabelece a vigência da Lei 13.979, de 2020, que instituiu a situação de emergência da saúde pública causada pela pandemia de covid-19, para evitar um “vácuo legislativo”, já que a lei é um dos principais instrumentos de combate à pandemia e seus efeitos. Também está na pauta o projeto que prevê autorização permanente para que associações, fundações e organizações religiosas façam reuniões, assembleias e votações por meio eletrônico o ou seja, remotas.

Já na Câmara, o destaque deve ficar para a apreciação do requerimento de urgência do PL 6764/2002, que tem por objetivo substituir a Lei de Segurança Nacional por uma Lei de Defesa do Estado Democrático de Direito.

PAUTA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

TERÇA-FEIRA (13)



13h - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

PL 7239/2010 - Acrescenta art. 31-A à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que "dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências", para regular a interrupção da prestação de serviço público por inadimplência e inscrição de usuário inadimplente em cadastro público de devedores.
Relatora: Fernanda Melchionna (PSOL-RS)
Posicionamento: Neutro ao parecer apresentado.

15h - PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Proposições:

PL 886/2021 - Isenção de tarifa a morador de município com pedágio.
PL 639/2021 - Prorrogação do prazo para a apresentação da Declaração do IRPF 2021.
PL 4554/2020 - Crimes cometidos pela internet.
PL 976/2019 - Registro de informações da concessão de medidas protetivas da Lei Maria da Penha.
PL 1943/2019 - Campanha de divulgação de igualdade de direitos trabalhistas entre homens e mulheres.
PL 1561/2020 - Institui a "Loteria da Saúde.

Urgências:

REQ 2414/2020 - PL 4626/2020 - Estabelece penas maiores para casos de abandono de incapaz, maus-tratos e expor a perigo.
REQ 173/2021 - PL 5222/2020 - Infrações cometidas em veículos de socorro de incêndio e salvamento, de polícia, de

fiscalização e operação de trânsito e em ambulâncias.
REQ 536/2021 - PL 5595/2020 - Educação Básica e de Ensino Superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais.
REQ 584/2021 - PL 6764/2002 - Lei de defesa do Estado Democrático de Direito.

QUARTA-FEIRA (14)

9h - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) | Deliberativa

A pauta será divulgada oportunamente com as proposições remanescentes da pauta anterior.

9h - Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

PL 8164/2014 - do Sr. Hugo Motta (Rep/RJ) - que "dá nova redação ao caput do art. 52 do Decreto-Lei nº 37/66, para dispor sobre a fixação do limite máximo de valor para o despacho aduaneiro simplificado". Explicação: Limite máximo de US$ 10.000.00(dez mil dólares americanos).
Relator: Deputado Sergio Souza (MDB/PR)
Parecer: Pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.
Posicionamento: A Favor do projeto; A Favor do Parecer.

9h - Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)

PL 8195/2017 - que "cria o Cadastro Nacional para Bloqueio do Recebimento de Ligações de Telemarketing, mensagens instantâneas e dá outras providências". (Apensado: PL 8230/2017)



Relator: Deputado Carlos Chiodini (MDB/SC)
Parecer: pela aprovação deste, do Substitutivo adotado pela Comissão de Defesa do Consumidor, e do PL 8230/2017, apensado, com substitutivo.
Posicionamento: Contra o Parecer; Contra o Projeto.

13h - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS)

PLP 452/2017 - que " modifica a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir a dedução de despesas de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte com patrocínio ou doação no apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte".
Relator: Deputado Helder Salomão (PT/ES).
Parecer: pela aprovação deste, e da Emenda Adotada pela Comissão do Esporte.
Posicionamento: Favorável ao Parecer, Favorável ao Projeto.

PL 448/2019 - do Sr. Igor Timo (PODE/MG) - que "regulamenta limite máximo de comissão cobrada pelas empresas de transporte remunerado privado individual". (Apensado: PL 2255/2019).
Relator: Deputado Alexis Fonteyne (NOVO/SP)
Parecer: pela rejeição deste, e do PL 2255/2019, apensado
Posicionamento: Favoráveis ao Parecer e Contrários ao Projeto de Lei.

QUINTA-FEIRA (15)

9h - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) | Deliberativa

A pauta será divulgada oportunamente com as proposições remanescentes da pauta anterior.



9h Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) | Deliberativa

PL 1510/2015 - do Sr. Uldurico Junior (PROS/BA) - que "proíbe o repasse ao consumidor de qualquer valor a título de corretagem".
Relator: Deputado Pedro Augusto Bezerra (PTB/CE)
Parecer: pela aprovação do PL 1510/2015, dos PLs nºs 1583/2015, 3475/2015, 5812/2016 e 8210/2017, apensados, nos termos do Substitutivo adotado pela CDEICS, e pela rejeição dos PLs nºs 6453/2016, 7714/2017, 8522/2017 e 2669/2019, apensados.
Posicionamento: Contrário ao Parecer e ao Projeto.

PDL 659/2019 - do Sr. José Guimarães (PT/CE) - que "susta os efeitos do Decreto nº 10.051, de 09 de outubro de 2019, que retira e interfere ilegalmente na participação do cidadão nas decisões do Estado. " (Apensado: PDL 681/2019).
Relator: Dep. Célio Moura (PT/TO)
Parecer: pela aprovação deste, e do PDL 681/2019, apensado, com substitutivo.
Posicionamento: Contrário ao Parecer e ao Projeto.

PL 11068/2018 - do Sr. Carlos Henrique Gaguim (DEM-TO) - que "altera a Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, que estabelece a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor".
Explicação: Estabelece que a oferta e a afixação de preços de bens e serviços para o consumidor também deverá ser feita em braile.
Relator : Deputado Jorge Braz (Republicanos/RJ)
Parecer: pela aprovação do PL 11.068/2018, dos PLs nºs 134/2019, 1622/2019, 3524/2019, 5811/2019,802/2019, 4303/2019 e 2309/2019, apensados, e da emenda apresentada ao substitutivo, com Substitutivo.
Posicionamento: Contrário ao parecer; Contrário ao projeto.



PL 786/2019 - da Sra. Flordelis (PSD/RJ)- que "acrescenta o artigo 43-A a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), "que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências", para tratar do armazenamento, pelo fornecedor, de dados referentes aos instrumentos de pagamento utilizados pelo consumidor".
Relator: Deputado Jorge Braz (Republicanos/RJ)
Parecer: pela aprovação do PL 786/2019, com substitutivo, e pela rejeição da Emenda apresentada ao Substitutivo.
Posicionamento: Contrário ao parecer; Contrário ao projeto.

PAUTA DO SENADO FEDERAL

TERÇA-FEIRA (13)

16h – PLENÁRIO DO SENADO

PLP 10/2021 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA) – Prorroga até o final do exercício financeiro de 2021 a transposição e a transferência de saldos financeiros remanescentes de exercícios anteriores, constantes de seus respectivos Fundos de Saúde, provenientes de repasses do Ministério da Saúde.

PL Nº 1.315/2021 - Restabelece a vigência da Lei nº 13.979, de 5 de fevereiro de 2020.
Posicionamento: Favorável.

PL Nº 5.546/2020 – Acrescenta dispositivos ao Código Civil, para autorizar a realização de assembleias, reuniões e votações por meios eletrônicos em associações, fundações e organizações religiosas.
Posicionamento: Favorável.

PL Nº 6.298/2019 - Institui o Formulário Nacional de Avaliação de Risco, a ser aplicado à mulher vítima de violência doméstica e família.

RIG | Relações Institucionais e Governamentais

CNDL FCDL CDL CDL SPC BRASIL

AGENDA DA SEMANA

ESTADOS
SEMANA 12/04 A 16/04



AGENDA LEGISLATIVA

ALES. PL 297/2021 (Suspensão do protesto/covid-19) - Dispõe sobre a impossibilidade de cobrança de multas, juros e encargos do valor das mensalidades da rede privada de ensino durante o Estado de Calamidade Pública no Estado do Espírito Santo, em razão do novo Coronavírus - Covid-19.

Situação: Aguarda encaminhamento à CCJ para designação de relatoria.

ALEGO. PL 297/2021 (Suspensão do protesto/covid-19) - Dispõe sobre medidas para suspensão de cobrança a serem adotadas em razão da emergência em saúde pública de importância nacional (ESPIN) decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19).

Situação: Veto mantido.

ALERJ. PL 761/2019 (Proteção de dados pessoais) - Dispõe sobre a obrigatoriedade de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - Lei nº 13.709/2018 - pelas empresas que contratarem com a administração pública do estado do Rio de Janeiro.

Situação: redesignado relator na CCJ, o dep. Rodrigo Amorim (PSL).



ALERJ. PL 1492/2019 (Vedação de inscrição - Desempregados) - Veda a inclusão de informações negativas relativas ao consumidor em situação de desemprego em bancos de dados ou cadastros de proteção ao crédito.

Situação: redesignado relator na CCJ, o dep. Rodrigo Bacellar (SDD).

CMSP. PL 807/2017 (Proteção de dados pessoais) - Dispõe sobre a política municipal de proteção de dados pessoais e da privacidade no âmbito da administração pública direta e indireta no município de São Paulo e dá outras providências.

Situação: Aprovado parecer favorável na Comissão de Administração Pública, aguarda encaminhamento à Comissão de Finanças e Orçamento.

NOTÍCIAS

BAHIA. Governo prorroga o Estado de Calamidade Pública por prazo indeterminado.

MARANHÃO. Assembleia Legislativa aprova o pedido de reconhecimento do estado de calamidade pública no Estado do Maranhão, até 31 de dezembro de 2021.

RIG | Relações Institucionais e Governamentais

CNDL FCDL CDL CDL SPC

INFORMAÇÕES

André Pellizzaro
(11) 3549 6800 ramal 8885

Bianca Robles
(11) 3549 6800 ramal 6277 | (11) 98257-4403

Karoline Lima Santos Pereira
(61) 3213 2000 ramal 2095 | (11) 98819-0387

Marco Antônio Corradi
(61) 3213 2000 | (37) 98405-1313

E-mails: rig@spcbrasil.org.br | rig@cndl.org.br

Com informações da Câmara e Senado Federal. Consultorias Vector, Action e Radar Governamental.



INFORME RIG

Relações Institucionais e Governamentais

